

A FORMAÇÃO DO BRASIL: DOS PRIMÓRDIOS AOS DIAS ATUAIS

José Antonio de Andrade

1 . INTRODUÇÃO

A primeira coisa que chama a atenção de quem visita o Brasil pela primeira vez é o contraste gritante que existe entre os ricos e os pobres. Um visitante coreano ficará admirado com as instalações do Aeroporto Internacional de Guarulhos, porta de entrada para quem vem da Coréia. Tudo nele faz lembrar a Coréia ou qualquer outro país desenvolvido: a limpeza, a segurança, a organização. Os serviços são de primeira qualidade. O atendimento é excelente. Tem-se a sensação de se estar num país do Primeiro Mundo. Quando o visitante deixa o aeroporto e vai em direção ao centro da cidade, ele então começa a perceber algumas diferenças entre o que ele viu alguns minutos antes e o que ele está vendo agora. As pessoas não se vestem tão bem como as que ele tinha visto no aeroporto e arredores. Os rostos cansados denunciam muito trabalho, pouco lazer e má alimentação. Chegando ao centro da cidade, ele se deparará com algumas cenas que nunca tinha visto antes: meninos de rua pedindo e assaltando nos semáforos; menores se prostituindo nas ruas; sem-tetos perambulando pelas avenidas como personagens de um filme de terror; pessoas

dormindo pelas calçadas. Chegando ao seu hotel, o visitante se sentirá novamente como se estivesse em casa: bons serviços, boas instalações, bom atendimento. No dia seguinte, ao acordar, ele fará uma visita a um dos templos do consumismo da classe média brasileira: um shopping center. (Até mesmo o nome é em inglês, pois a classe média não vai à feira, ao mercado, a um centro de compras. Esses lugares são para aqueles destituídos de poder e sem acesso à riqueza. A classe média brasileira sente a necessidade de se diferenciar dos outros mortais.) Aqui no shopping (é assim mesmo que os brasileiros falam, para mostrar uma certa intimidade com o lugar) o nosso visitante terá a sensação de estar em Paris. Ou Los Angeles. Ou Milão. Toda a paisagem, seja humana ou física, lembrar-lhe-á qualquer outra cidade de qualquer país do Hemisfério Norte. Mas esta sensação agradável de estar num país do Primeiro Mundo será quebrada logo que ele deixar o shopping center e, ao andar pelas ruas, ser assaltado.

Um dos seis maiores países do mundo, o Brasil é abençoado com milhões de acres de terra fértil, centenas de rios correntes, minerais de todos os tipos. Além disso, é um país livre de desastres naturais como terremotos, furacões, ciclones. Mesmo assim, milhões de brasileiros moram em favelas superpovoadas ou em espaços urbanos originalmente não destinados à habitação: nas praças e logradouros públicos, embaixo de pontes ou viadutos, nos lixões ou pendurados nos morros.

O hiato entre pobres e ricos é o maior do planeta, com o 1% mais rico da população ganhando mais dinheiro e acumulando mais riquezas do que os 50% mais pobres. O Brasil é uma terra de paradoxos que são desconcertantes à primeira vista. Apesar de ser um país livre de

divisões religiosas, raciais ou étnicas, divisões essas que já desencadearam guerras civis em muitos países, é um lugar onde a violência é a principal causa mortis entre os jovens. Nas duas últimas décadas, mais de mil sindicalistas, religiosos, ativistas políticos e líderes sindicais foram assassinados por questões políticas. É um dos maiores produtores de alimentos do mundo, mas milhões passam fome. Tem uma área de mais de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados (quase 86 vezes o tamanho da Coreia do Sul), mas dois terços da população vivem nas áreas urbanas. Tem a oitava maior economia do mundo, mas seus indicadores sociais são um dos piores do mundo. É um dinamismo econômico, mas socialmente é um país estagnado.

Voltando à perplexidade do nosso visitante coreano. Como explicar-lhe estas disparidades? Como fazê-lo entender estas diferenças gritantes? Como convencê-lo de que estas duas realidades fazem parte de um só e único país: o Brasil? Tarefa nada fácil, mas é justamente este o objetivo deste pequeno artigo, uma breve introdução à sociedade brasileira, desde suas origens até os dias de hoje.

2 . A FORMAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL

2.1 OS PRIMÓDIOS

No século XV, o capitalismo europeu em formação procurava encontrar e conquistar novas áreas comerciais que pudessem favorecer a acumulação de capitais. Para a burguesia européia daquele tempo, já não era suficiente apenas o comércio intra-europeu e euro-asiático

realizado através das antigas rotas do Mediterrâneo e do Mar Báltico. Para conseguir novas rotas comerciais e também atingir novos mercados, os Estados europeus e a burguesia, unidos, prepararam cuidadosamente a expansão marítima e comercial do século XV, da qual resultou a ocupação econômica das terras conquistadas. Os portugueses chegaram ao Brasil em 1500 numa esquadra composta de cinco naus comandadas pelo navegador Pedro Álvares Cabral.

2.2 A COLONIZAÇÃO

A história do Brasil, a partir da conquista pelos europeus, sempre esteve ligada à história da formação e do desenvolvimento do capitalismo nos seus diversos estágios: o mercantil, o industrial e o financeiro. Isso significa que, desde o início, a colonização foi realizada com o intuito de tornar a colônia uma fonte produtora de riquezas que alimentassem a economia metropolitana e a européia e promovessem a sua acumulação capitalista. Interessava ao capitalismo organizar a colonização como uma empresa altamente lucrativa, de forma que as riquezas coloniais alimentassem as várias correntes comerciais da Europa e promovessem o crescimento e a consolidação do capitalismo.

Tomada a decisão de colonizar o Brasil, Portugal precisava determinar o tipo de organização político-administrativa mais adequado aos interesses do Estado e da burguesia. Sendo um Estado capitalista mercantil, preocupado com a expansão de sua economia, interessava-lhe organizar uma administração capaz de promover e proteger com eficácia a colonização, de forma que os empreendimentos instalados fossem bem-sucedidos e oferecessem alta lucratividade. Entretanto, o Estado português não pôde utilizar na colônia um

modelo de administração centralizada semelhante ao da metrópole, pois não contava com recursos necessários para promover a colonização em tão vasta faixa de terra. Portugal foi obrigado, assim, a optar pela instalação de um sistema administrativo descentralizado, o de capitânicas hereditárias. Esse sistema permitia a transferência para os donatários os pesados encargos do empreendimento colonial: administração, povoamento, defesa, justiça e exploração econômica da terra.

Por algum tempo, após a chegada e conquista da terra, os colonos permaneceram no litoral, onde construíram os primeiros povoados e vilas. Entretanto, a partir da segunda metade do século XVI, questões próprias à vida da colônia e outras relacionadas à metrópole contribuíram para levar a colonização ao interior, formando o território e as fronteiras do Brasil. A interiorização provocou extraordinário alargamento do território brasileiro, dando ao Brasil a dimensão continental dos dias atuais.

A primeira atividade econômica da colônia foi a extração do pau-brasil. Por se tratar de atividade predatória, não promoveu a fixação do homem em qualquer ponto do litoral. O comércio de pau-brasil, de baixa lucratividade, pouco interesse despertou na burguesia mercantil portuguesa. Mas, ameaçado pelas pressões tanto de franceses como dos holandeses, Portugal decidiu realizar a ocupação humana e econômica da terra. Daí resultou a implantação de empreendimentos agrícolas produtores de açúcar para o mercado consumidor europeu. Embora de importância secundária no conjunto da economia colonial, a produção de tabaco também contribuiu para a acumulação capitalista metropolitana, européia e dos proprietários coloniais. A introdução do gado⁽¹⁾ na colônia contribuiu para a

ocupação humana e econômica de vasto território. Por fim, a expectativa portuguesa de encontrar metais preciosos no Brasil tornou-se realidade.

A exploração colonial contribuiu para promover o crescimento do capitalismo metropolitano e europeu mas comprometeu *o desenvolvimento econômico e social da colônia*. Sofrendo os efeitos da extrema dependência externa e da *desigual distribuição das riquezas, a população colonial foi submetida a precárias condições de vida*. Contra esse modelo exportador e concentrador, de certa forma ainda em vigor, uma corrente de opinião pública cada vez maior busca hoje criar um projeto de mudança capaz de encaminhar o desenvolvimento interno.

A implantação do modelo econômico exportador favoreceu *a formação de uma sociedade com muitas desigualdades e antagonismos*, dominada pela aristocracia proprietária, que impôs seu modo de vida material e cultural e a visão cristã de mundo introduzida pelo europeu colonizador. Convencida de que sua função era produzir para a metrópole, a classe proprietária colonial muito tardiamente percebeu a espoliação metropolitana. No princípio, sua reação foi essencialmente contra a corrupção e os desmandos da administração lusitana na colônia, sem alimentar qualquer idéia de ruptura⁽²⁾. Depois, já mais amadurecida, levantou-se tanto pela sua liberdade econômica como política. Coincidiu ser por essa época o fato de o governo português da metrópole receber um ultimato de Napoleão Bonaparte contendo várias exigências. Como ele não as pôde cumprir, exilou-se no Brasil trazendo toda sua corte. A chegada da família real e a instalação do governo português no Rio de Janeiro provocaram muitas modificações na vida do Brasil. Até 1808, a vida

econômica e política da colônia dependia completamente da metrópole. Com a transferência da sede do governo, a colônia passou a funcionar como se fora a metrópole. Isto é, todo o comércio exportador e importador passou a ser realizado sem a intermediação de Portugal. Importantes também foram as medidas administrativas de D. João, beneficiando a economia brasileira e procurando integrar Portugal e Brasil ao liberalismo⁽³⁾.

2.3 A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

A passagem do capitalismo mercantil para o industrial mudou muito a vida européia e colonial. Os estados colonialistas europeus que, como Portugal, não puderam realizar, por suas próprias condições históricas, a transição para o capitalismo industrial, tiveram de se amoldar à nova realidade como países dependentes. A situação do mundo colonial era mais grave. Como poderia ele integrar-se efetivamente ao capitalismo industrial se ainda permanecia sob domínio das metrópoles colonialistas? Inspiradas no liberalismo, as classes proprietárias coloniais procuraram realizar a independência, fato ocorrido em 7 de setembro de 1822⁽⁴⁾.

2.4 O IMPÉRIO

O processo de independência não se encerrou com o episódio da ruptura política de 1822. A rigor, a independência não foi conquistada até hoje. Mas naquele momento impunham-se tarefas urgentes de organização nacional: o reconhecimento externo, a preservação da unidade territorial e a preparação da Constituição. O reconhecimento

internacionl e a preservação da unidade nacional exigiam uma organização política e de defesa que o Brasil não possuía e deixaram pesado ônus financeiro, agravando a já difícil situação econômica do país. A tarefa de elaborar uma Constituição abriu caminho para a formação de correntes políticas diversas⁽⁵⁾, cada uma procurando participar do poder. Mas o caráter centralizador e absolutista da Carta de 1824, imposta por D. Pedro, fez unir liberais moderados e exaltados numa luta que vai terminar em 1831 com a abdicação do imperador⁽⁶⁾.

2.5 A REGÊNCIA

A Regência foi um governo de transição que, conforme a Constituição, deveria prolongar-se até a maioridade de D. Pedro II. As classes políticas, que durante o Primeiro Reinado estiveram atreladas às manobras do imperador, contavam agora com maior liberdade para exercitar os debates parlamentares e as articulações na disputa pelo poder. A experiência parlamentar anterior contribuiu para a formação de grupos políticos de diversas tendências, a partir dos quais foram organizados os dois partidos políticos - Liberal e Conservador - e o próprio regime monárquico-parlamentar do Império. As forças exaltadas ou farroupilhas, não integradas aos grupos no poder e contrárias ao caráter centralizador do governo regencial, levantaram-se nas províncias⁽⁷⁾ com a bandeira do federalismo, pela descentralização e autonomia provincial.

2.6 A INDEPENDÊNCIA - O SEGUNDO REINADO

As experiências políticas acumuladas durante a Independência, nos

debates em torno do projeto da Constituição de 1823, na oposição à Carta de 1824 e em todos os conflitos da fase regencial contribuíram para a instalação da monarquia parlamentar no Segundo Reinado. Mais do que isso, as classes políticas descobriram cedo que pertencer ao grupo conservador ou liberal não as colocava em lados opostos, já que, a critério do imperador, um ou outro grupo podia ser chamado a participar ou a sair do governo. Cooptados permanentemente pelo imperador, os políticos, até 1868, não esboçaram a organização de uma força oposicionista verdadeira, capaz de ameaçar ou mesmo modificar o regime monárquico.

2.7 O SÉCULO XIX

Mesmo depois da Independência, o Brasil continuou praticando um modelo de economia semelhante ao do período colonial, sustentado pelo latifúndio monocultor, exportador, escravista e *concentrador de riquezas*. Com o sucesso da lavoura de café e a própria adoção do trabalho livre, o país pôde reativar suas exportações e reequilibrar a balança comercial. Mas o modelo permaneceu basicamente o mesmo e questões como o baixo nível de vida da maioria da população e a dependência externa não tiveram solução.

A expansão da lavoura cafeeira no Sudeste foi de vital importância para as transformações econômicas e sociais que se processaram no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, o surto urbano e industrial, a adoção do trabalho livre e o incentivo à imigração européia não mudaram estruturalmente o país, que permanecia agrícola, monocultor, escravista e exportador. Como parte das transformações rurais e urbanas, desenvolveu-se o movimento

abolicionista, do qual resultou a extinção da escravidão⁽⁸⁾. Com ela o país realizou de forma incipiente sua inserção no capitalismo liberal.

Durante o século XIX, o Brasil manteve poucas relações com os países vizinhos. Por se tratar da única monarquia sul-americana, o Brasil era visto pelas repúblicas vizinhas com certa desconfiança. Particularmente com os países platinos as relações foram em diversos momentos tensas, em razão da competição expansionista entre a monarquia brasileira e a república argentina. O confronto de interesses provocou lutas pelo domínio da navegação na Bacia Platina. E quando os interesses econômicos do capitalismo inglês foram obstaculizados pelo Paraguai, a Inglaterra tramou e armou a Tríplice Aliança contra aquele país.

A partir da segunda metade do século XIX, o Brasil conheceu apreciável crescimento econômico, resultante da expansão da lavoura cafeeira, da reativação das exportações e do surto urbano-industrial. O progresso, entretanto, não alterou a estrutura política e social do país. O poder continuou centralizado no imperador e *as riquezas concentradas em mãos de poucos*. Entretanto, o imenso déficit orçamentário causado pelos gastos da guerra contra o Paraguai descontentou as classes proprietárias. Diversos políticos que apoiavam o regime monárquico e pertenciam aos partidos Conservador e Liberal começaram a debandar para a oposição, engrossando as fileiras de abolicionistas e republicanos. A monarquia não resistiu, apesar das tentativas reformistas promovidas pelo imperador.

2.8 A REPÚBLICA

A aliança de classes que promoveu a queda da monarquia em 1889

começou a esfacelar-se já no início do regime republicano. Mas, apesar das dificuldades, ela prevaleceu por algum tempo, pois se mostrou conveniente nessa fase de organização do Estado. Porém, já nas primeiras medidas e decretos do Governo Provisório, evidenciam-se sinais dos problemas que o novo regime iria enfrentar: a crise econômico-financeira herdada da monarquia e, agravando-a, as lutas pelo poder político.

A República não foi proclamada apenas pelos militares. Houve uma união entre republicanos históricos, militares positivistas e republicanos de última hora, ou seja, antigos defensores da monarquia que na véspera de sua queda aderiram ao movimento republicano. Na primeira eleição da República, indireta, positivistas e históricos disputaram o poder. O Marechal Floriano Peixoto foi eleito o primeiro presidente da história brasileira. Não tardou, porém, para que Deodoro enfrentasse toda espécie de obstáculos movidos no Congresso aos seus projetos de governo. Não conseguindo conciliar os interesses republicanos históricos e civis e os de um segmento militar identificado com o governo, Deodoro deu um golpe de Estado: decretou estado de sítio, fechou o Congresso e mandou escrever uma nova Constituição.

O controle político da República instituída em 1891 acabou sendo exercido de fato pelas oligarquias estaduais, principalmente a dos coronéis-fazendeiros de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Assegurar o controle político da República era de extrema importância para os cafeicultores, que podiam assim colocar o Estado a serviço dos seus interesses. Para tanto eles se uniram às outras oligarquias estaduais, configurando o poderoso bloco dominante que, durante a República Velha, não se abalou em face das lutas sociais rurais e

urbanas.

2.9 O SÉCULO XX

A República oligárquica dominada pelos coronéis-fazendeiros não encaminhou nenhum projeto transformador do país capaz de romper com o predomínio da agricultura baseada no latifúndio monocultor-exportador. A política econômica praticada pelas elites e a repressão oficial não impediram, entretanto, que as classes sociais deserdadas nos campos e nas cidades iniciassem um processo de organização e de lutas pela terra e por melhores condições de vida.

Incapaz de encontrar soluções duradouras para os problemas nacionais, o governo oligárquico sofreu as contradições de sua política econômica e social. O modelo exportador e *concentrador de riquezas* adotado pelos coronéis-fazendeiros trouxe-lhes mais riquezas, mas foi muito abalado pelos movimentos sociais rurais e urbanos e não resistiu à crise do capitalismo mundial de 1929. Essa crise revelou novamente a fragilidade da economia brasileira, ainda sustentada pelo modelo econômico exportador e dependente. A conspiração civil-militar de 1930⁽⁹⁾ apenas deu o golpe final no regime oligárquico, já há algum tempo abalado.

A Revolução de 1930 provocou poucas mudanças na vida do país. Ainda que uma maior industrialização tenha sido realizada, o Brasil permaneceu essencialmente agrícola e exportador de produtos primários, e *as riquezas continuaram concentradas nas mãos de poucos*. E não obstante se incluísse na Constituição de 1934 o voto feminino, e alguns direitos civis, políticos e trabalhistas conquistados ao longo das lutas durante a República oligárquica, a democracia

permaneceu limitada. Não havia, nos anos 30, nenhuma classe social suficientemente organizada e em condições de impor sua orientação ao governo. Tal fato deu a Getúlio Vargas⁽¹⁰⁾ a possibilidade de manipular as várias forças sociais em busca de sustentação política e organização de um Estado forte. A ação de Vargas desarticulou o poder das oligarquias e instituiu a República populista no Brasil.

A Constituição de 1934 assegurou algumas conquistas sociais e políticas à população em geral e aos trabalhadores em particular. No entanto, ela não criou mecanismos de autodefesa contra ações autoritárias dos donos do poder, que implantaram um regime ditatorial em 1937. Vargas ampliou sua política de intervencionismo, de forma a ter pleno controle sobre toda a sociedade e, assim, impor seu projeto econômico: lançar, através do Estado e com pouca participação do empresariado privado, as bases do desenvolvimento nacional. Esse projeto de desenvolvimento capitalista pelo Estado transformava o governo em principal patrão e arrastava contra ele as lutas operárias. O populismo resolveu essa questão, atrelando os trabalhadores ao Estado, através da legislação trabalhista. Mas a ditadura não resistiu às suas próprias contradições e às lutas da sociedade. A reorganização das forças de oposição, ampliadas com a adesão de antigos aliados de Vargas, acabaram por provocar sua derrubada.

Ao fim da Segunda Guerra, em 1945, as relações de dominação no mundo estavam bastante modificadas. Além de imensas perdas humanas e materiais, a Europa viu reduzido seu antigo poderio econômico e político, passando ela própria a receber influências diretas dos Estados Unidos e da então URSS. Esses dois países constituíram dois blocos antagônicos, o capitalista e o socialista, que passaram a disputar o domínio mundial. O alinhamento do Brasil ao bloco

capitalista tornou-o extremamente dependente e criou obstáculos para a construção de um desenvolvimento econômico autônomo. A política nacional-desenvolvimentista pretendida por Vargas encontrou forte resistência nos setores burgueses comprometidos com os interesses do capitalismo internacional, que acabaram predominando no país.

A morte de Getúlio Vargas não encerrou a luta das forças sociais e políticas identificadas com o nacionalismo; muitas outras lutas foram travadas contra a internacionalização crescente da economia brasileira. O processo de desenvolvimento econômico associado, iniciado com Dutra⁽¹¹⁾, interrompido pelo nacionalismo de Vargas e retomado por Juscelino⁽¹²⁾, resultou numa *acumulação capitalista concentrada nas mãos de alguns poucos empresários nacionais e estrangeiros, em prejuízo das grandes massas de trabalhadores rurais e urbanos*. Como parceiro pobre e subdesenvolvido, atrelado ao bloco capitalista, o Brasil continuou mantendo a mesma função dentro do processo de divisão mundial do trabalho, ou seja, abastecer de matérias-primas e alimentos os mercados externos desenvolvidos, ainda que a partir de Juscelino a industrialização viesse a ser dinamizada. Apenas duas semanas depois de sua posse, um grupo de oficiais-aviadores rebeldes conseguiu dominar algumas localidades do Pará. Foi um movimento reduzido e malpreparado, que dias depois viria a se render. Mas na Aeronáutica havia um número considerável de oficiais que, sem chegar a se solidarizar com os rebeldes, eram simpáticos às teses golpistas de direita e lacerdistas radicais. Juscelino não apenas anistiou imediatamente os rebeldes como promoveu os principais cabeças, dissolvendo qualquer veleidade de se retomar e expandir o movimento. Poucos meses depois, estudantes e trabalhadores iniciaram uma série de quebra-quebras no Rio de Janeiro por causa de um

aumento de preço dos bondes. Juscelino chamou o presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) e acertou um acordo terminando logo com os tumultos.

O seu milagre político mais impressionante, no entanto, foi o de ter conseguido contentar ao mesmo tempo liberais e nacionalistas, utilizando capital estrangeiro para lançar as bases da grande indústria nacional: automobilística, construção de estradas, transportes aéreos, eletricidade e aço. O crescimento do Brasil continuava atrelado ao capital internacional e dele dependente. As mudanças custavam a acontecer.

3. OS ANOS 60: UM PERÍODO DE GRANDES MUDANÇAS

De repente, nos anos 60, tudo começou a acontecer ao mesmo tempo. Era como se as transformações da moda e dos costumes, as conquistas da técnica e as reviravoltas políticas tivessem se concentrado nessa única década. O Brasil teve nada menos que seis presidentes e um golpe de estado. O golpe de 31 de março de 1964⁽¹³⁾ foi o estágio final de um longo processo iniciado na década de 40, ao término da Segunda Guerra Mundial. Como já vimos antes, no período do pós-guerra formaram-se dois grandes blocos, liderados pelos Estados Unidos e ex-União Soviética, cada um procurando estabelecer influências e relações de dominação no mundo. Enquanto o socialismo avançava na própria Europa e era vitorioso na China, o bloco capitalista procurava assegurar a dominação que há muito exercia na Ásia, África e América Latina, no momento em que esses povos começavam a se engajar em lutas pela construção do socialismo.

O golpe contra João Goulart está ligado à essa história de confrontos entre o capitalismo monopolista e o socialismo em expansão.

No Brasil, a dominação imperialista do capitalismo ora encontrou facilidades, ora obstáculos. As facilidades iniciaram-se durante o governo Dutra, com a liberação das importações, e nos governos Café Filho e Juscelino, com medidas de favorecimento ao capital estrangeiro. Os obstáculos essenciais foram criados nos governos Vargas e Goulart, que defendiam o nacionalismo econômico e o reformismo. Mas o imperialismo encontrou saídas para os obstáculos à sua dominação. Foi sob pressões de forças externas e internas que Vargas suicidou-se e Goulart foi deposto dez anos mais tarde.

Ambos, na condição de representantes da própria burguesia interna, que os rejeitou, não optaram pelo caminho da resistência, que poderia evoluir para uma revolução. O suicídio de um e o exílio do outro revelam os limites do populismo e a opção pela continuidade da sociedade burguesa.

A saída de Cuba da dominação capitalista através de uma revolução popular foi uma experiência que Washington não gostaria de ver reproduzir-se nos demais países latino-americanos, tradicionalmente sob sua influência. Mas Washington não temia apenas a revolução socialista; preocupava-se também com determinadas políticas internas, como o nacionalismo de Vargas e o reformismo nacionalista de Jango, que era apoiado por fortes e crescentes movimentos populares.

Temia-se que o nacionalismo pudesse, cedo ou tarde, provocar confisco ou a nacionalização de empreendimentos estrangeiros. Quanto ao reformismo, pretendia-se impedir, por exemplo, que o Congresso brasileiro aprovasse leis como a do controle da remessa de lucros, que

feriam os interesses estrangeiros no país.

Para conter os avanços nacionalistas, a explosão dos movimentos populares e a expansão do socialismo na América Latina, os estrategistas do governo Kennedy organizaram políticas de defesa continental.

Essa política consistiu basicamente na concessão de empréstimos norte-americanos para serem investidos no desenvolvimento dos países latino-americanos com o objetivo de melhorar as condições de vida das populações mais carentes.

Esperava-se, assim, diminuir as tensões sociais e, conseqüentemente, conter os movimentos populares, salvaguardando os interesses do empresariado nacional e multinacional.

Para fazer funcionar essa política de defesa, os estrategistas de Washington, apoiados por setores sociais de cada país comprometidos com os interesses multinacionais, organizaram golpes e instituíram governos ditatoriais. Com o pretexto de oferecer assistência aos países, ajudando-os a trilhar o caminho do desenvolvimento, os Estados Unidos consolidaram sua influência e dominação.

Apoiando-se na centralização do poder Executivo, que não admitia contestação, os governos militares impuseram à nação um modelo econômico-social concentrador de riquezas nas mãos do Estado e do empresariado nacional e estrangeiro que passou à história com o nome de "milagre econômico brasileiro".

Esse modelo econômico se baseou na indústria de bens de consumo duráveis que, durante os efêmeros anos do milagre, experimentou elevado crescimento. Logo a ilusão do milagre desvaneceu-se, já que *o mercado interno não incorporou os segmentos mais pobres da população como consumidores.*

Cada governo militar adotou um conjunto de medidas que atendia aos compromissos com o capitalismo e servia para aprofundar a dependência do país em relação aos interesses internacionais e cavar um fosso entre o Estado autoritário e a sociedade, na medida em que *o progresso material não se convertia em benefícios sociais significativos*. Essa dependência econômica, financeira e tecnológica que o capitalismo avançado impôs ao Brasil eliminou qualquer possibilidade de se promover o desenvolvimento econômico e social pela via capitalista.

Durante os governos militares, a reforma agrária foi uma questão deixada de lado, e a terra continuou concentrada em mãos de poucos. *Imensas extensões de terra permaneceram objeto de especulação de empresários rurais e urbanos, enquanto milhões de sem-terras sobrevivem desempregados ou em regime de emprego temporário durante as safras.*

O setor educacional também foi duramente atingido. Centenas de professores foram cassados, afastados ou aposentados pelo governo militar. De outra parte, as verbas para a educação foram reduzidas a níveis incompatíveis com o crescimento populacional. O corte nas verbas para a educação pública e gratuita e o arrocho salarial do corpo docente e administrativo das escolas desestimularam o processo educacional. Para contrabalancear a redução das vagas na rede pública, os governos militares estimularam a proliferação do ensino pago, fornecido pelas escolas privadas. Assim as responsabilidades do Estado com a educação previstas na própria Constituição ficaram reduzidas

A pretexto de que o país estava se desenvolvendo e precisava de pessoal técnico qualificado, foi criado o ensino profissionalizante e

técnico. Investir na formação de técnicos em detrimento da de cientistas sociais era mais importante para o sistema, que desestimulou a criação de cursos voltados para as humanidades e com possível conteúdo crítico. De maneira geral, pode-se dizer que a política educacional implantada durante a ditadura foi extremamente prejudicial para o país. A privatização crescente do ensino contribuiu para elevar os índices de evasão escolar e de analfabetismo, já que os trabalhadores não podiam mandar seus filhos à escola privada.

Assim, quando menos a classe dominante esperava, essa massa de brasileiros apareceu reunida nas praças, lutando pelos seus direitos e contra o regime que tanto a manobrava e explorava, pondo a nu os antagonismos da sociedade de classes que a repressão da ditadura procurava ocultar.

4 . ANOS 80: UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Por volta de 1983, o governo Figueiredo percebeu que a abertura gradual, como propusera Geisel, avançava mais rapidamente do que se esperava. Deter esses avanços, as lutas populares e conquistas sociais foi a tarefa final do último general-presidente.

O ano de 1982 foi marcado pela rejeição, nas urnas, da ditadura. Não era a primeira vez que o regime era testado eleitoralmente. Em 1978, o MDB, então uma frente oposicionista, massacrou eleitoralmente o partido do governo, a Arena. Neste mesmo ano, já com o pluripartidarismo, o PMDB derrotou com ampla margem de votos o PDS. Além disso, o pluripartidarismo permitiu o aparecimento de partidos como PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PDT (Partido

Democrático Trabalhista), PT (Partido dos Trabalhadores), PC do B (Partido Comunista do Brasil) e PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Durante toda a história brasileira, os trabalhadores não tiveram um efetivo canal político através do qual pudessem encaminhar suas reivindicações. O PCB fôra, por muito tempo, o grande parceiro de suas lutas e conquistas. Mas esse partido não pôde servir de ponte de ligação com os governos. Na falta de um partido de representação popular, surge em 1980 no cenário político brasileiro o PT, a princípio um partido estritamente operário. Mas logo sua direção soube compreender que as lutas do operariado identificam-se com as de outras categorias de trabalhadores também assalariados. Desse entendimento resultou um PT com participação mais ampla, partindo em 1982 para sua primeira campanha eleitoral. Aberta a sucessão ao general Figueiredo, teve início grande campanha popular por eleições diretas. A população exigia diretas já. Em todo o país, milhões de pessoas de todas as classes sociais repudiavam o Colégio Eleitoral e aguardavam a votação da emenda por eleições diretas. Nunca, em toda a história do Brasil, se vira uma multidão como aquela em abril de 1984. Diante da enxurrada de manifestantes que inundou as ruas do Rio de Janeiro, concentrando-se junto à Igreja da Candelária exigindo urgência nas eleições diretas para a presidência da República, ficou claro que poucas vezes o povo brasileiro depositara tanta fé no poder do seu voto e no papel dos políticos. Temendo que esse movimento popular se convertesse em luta mais ampla e levasse à conquista de direitos sociais, as forças conservadoras vetaram no Congresso a emenda por eleições diretas. Com isso foi reafirmada a candidatura de Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral. A empolgação popular não terminou com a derrota da emenda por eleições diretas.

Apoiado pela imprensa, Tancredo conquistou a simpatia popular. Nos palanques e na televisão, ele assumiu compromissos públicos de interesse popular e nacional. Eleito pelo Colégio, Tancredo, para surpresa geral, foi hospitalizado na véspera de sua posse. O vice, José Sarney, foi quem assumiu a presidência da Nova República. No seu discurso de posse, ele prometeu à nação cumprir o programa de Tancredo. Mas com o passar dos meses, a população se desiluiu. O Ministério foi paulatinamente sendo substituído e a equipe econômica de Sarney preparou um pacote econômico de impacto imposto como uma necessidade de preservação dos interesses capitalistas no país: o Plano Cruzado. A credibilidade do governo da Nova República despencou junto à opinião pública, que passou a contestar sua legitimidade. O Congresso Constituinte, eleito em 1986, também frustrou as expectativas de mudanças da população.

5. O BRASIL HOJE

Pela primeira vez depois da instalação do governo militar, o povo brasileiro pôde expressar seu desejo de mudança através do voto direto. Foi uma espera de mais de um quarto de século, mas que valeu a pena. Fernando Collor de Melo foi o candidato eleito, numa eleição onde a participação foi de 88% do eleitorado.

Seu governo começou com uma medida de grande impacto: a implantação do Plano Collor que congelou salários e preços e confiscou a poupança dos brasileiros. Paralelamente, visando a atrair capitais estrangeiros, começou a privatização de empresas estatais, enquanto os tributos que incidiram sobre produtos importados foram

reduzidos e cerca de 200 mil funcionários públicos foram demitidos.

Apesar disso, o fantasma da inflação ressurgiu, o desemprego (assim como o subemprego) aumentaram e cresceram os pedidos de concordata e de falências das empresas. Além do mais, começaram a surgir escândalos e denúncias envolvendo altos escalões do governo. Evidências começaram a surgir a respeito da participação de familiares e amigos de Collor em negócios escusos. Na medida em que tudo isso veio à tona, começou a decrescer a popularidade do presidente.

Foi, então, que a imprensa difundiu entrevista do próprio irmão do presidente revelando a existência de uma quadrilha instalada no poder, com a conivência de Collor.

Revoltados, milhares de brasileiros foram às ruas em sinal de protesto. No Congresso foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias. Suas conclusões revelaram que as práticas ilícitas do grupo palaciano ultrapassava tudo que se suspeitava. Diante disso, a Câmara dos Deputados aprovou as conclusões da CPI, cabendo ao Senado julgar a validade das provas e aprovar ou rejeitar o impedimento de Collor.

Em dezembro de 1992, em memorável e prolongada sessão transmitida ao vivo pelos meios de comunicação, o Congresso decidiu que Collor ficava impedido de exercer qualquer cargo público durante 8 anos. E antes de ser afastado do governo, o presidente apresentou perante essa mesma Assembléia, a sua renúncia. Já em setembro de 1992, a presidência foi assumida interinamente pelo vice-presidente Itamar Franco, que a partir desse momento passava a ocupar o cargo de forma definitiva, até o fim do mandato.

O governo Itamar foi marcado pela instabilidade e descrença

popular face à continuação da aguda crise econômica, social e política. Em seu curto mandato, a substituição de ministros apresentou-se como uma constante, a inflação não parava de crescer, a situação do déficit público agravou-se, a dívida externa aumentou escandalosamente e a denúncia de escândalos prosseguia.

As diretrizes oscilantes da política do governo entre a adoção de princípios neoliberais e a manutenção do intervencionismo estatal não trazia a confiança dos investidores. *O governo não conseguia solucionar a pobreza e a miséria estruturais.* Milhões de brasileiros viviam em estado de pobreza absoluta e outros milhões achavam-se em estado de miserabilidade. À crise do ensino e da saúde, somava-se os elevados índices de desemprego e subemprego. Sucediavam-se os planos econômicos e as privatizações de empresas estatais prosseguiram.

A agitação aumentou com a campanha eleitoral. As eleições gerais, marcadas para 1994, incluíam a escolha de governadores, deputados estaduais e federais, senadores e o presidente da República. Dentre os 12 candidatos à presidência, as pesquisas indicavam o favoritismo absoluto de Luís Inácio Lula da Silva, candidato de uma frente de partidos liderada pelo PT.

Entretanto, em hábil manobra política, o governo conseguiu transformar a sua imagem quando editou o Plano Real, que entrou em vigor em julho de 1994. Obedecendo a diretrizes do Fundo Monetário Internacional (IMF) e do Banco Mundial, o plano estabelecia a substituição da moeda, liberava os preços de venda dos produtos, controlava os salários, acelerava a privatização da economia e reduzia os gastos públicos. A inflação rapidamente caiu, mas a economia ficou dolarizada. O governo Itamar⁽¹⁴⁾ entrava numa fase de elevado apoio

popular.

Lançado candidato à sucessão presidencial, o ex-ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, em pouco tempo reverte a tendência das pesquisas e sai vencedor no primeiro turno da eleição, com maioria absoluta de votos.

A 1º de janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso, um homem inteligente, culto e cosmopolita com promessas de reformas constitucionais para acelerar o processo de privatização das estatais e desregular a economia brasileira, assumiu a Presidência da República.

O Brasil provisório continua, até que as forças sociais comprometidas com a democracia instalem um regime democrático não apenas jurídico, mas que permita acesso e posse da terra aos sem-terra e remuneração que permita uma vida digna a todos os trabalhadores. Esse é um longo caminho a ser percorrido pelos brasileiros.

6. NOTAS

- (1) A criação de gado tinha significativa importância para a sobrevivência da população nas propriedades agrícolas e para o funcionamento dos engenhos. Além da carne e do leite, o gado fornecia o couro usado na fabricação de caixas para acondicionar tabaco e açúcar, e no fabrico de cordas, arreios e roupas especiais para os vaqueiros. Era usado ainda no transporte de cargas e de pessoas e como força motriz dos engenhos. Foi, pois, uma atividade econômica induzida pela agricultura de exportação.

- (2) Além das lutas indígenas e dos negros, houveram as lutas nativistas, tais como A Guerra dos Emboabas, A Guerra dos Mascates, A Rebelião de Vila Rica, A Conjuração Mineira, A Conjuração Baiana, A Revolução Pernambucana.
- (3) Dentre essas medidas, destacam-se como mais importantes a abertura dos portos brasileiros ao livre comércio, a liberdade para a instalação de fábricas e manufaturas e a criação do Banco do Brasil, de escolas médicas e de direito e da Biblioteca Real.
- (4) Ainda hoje esta data é um feriado nacional no Brasil.
- (5) A conservadora, a liberal moderada e a liberal exaltada.
- (6) D. Pedro I abdicou a 7 de abril de 1831. Com a sua Abdicação, o país passa a ser governado por uma Regência Trina, constituída por dois deputados e um brigadeiro.
- (7) A Revolução dos Cabanos, no Pará e Maranhão; A Guerra dos Farrapos, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul; A Sabinada, na Bahia; e A Balaiada, no Maranhão.
- (8) A escravidão foi abolida com a criação da Lei Áurea de 1888. Entre os estudiosos da escravidão desenvolveu-se uma corrente que tem atribuído ao sistema escravista adotado no Brasil um caráter brando e paternal, ao contrário do adotado nos Estados Unidos. Isso porque, em alguns casos, o proprietário rural

brasileiro preocupou-se em ocultar a exploração que realizava com atitudes que o fizessem parecer um benfeitor e protetor de seus escravos.

- (9) A Revolução de 30 marca o fim da hegemonia da burguesia cafeeira na política brasileira.
- (10) Getúlio Dornelles Vargas nasceu no Rio Grande do Sul em 1883. Iniciou a carreira militar, mas a abandonou. Formou-se pela Faculdade de Direito do RS. Foi deputado estadual por três mandatos sucessivos, deputado federal duas vezes, ministro da Fazenda, governador do estado do RS. Ocupou a presidência do país quatro vezes. Quando presidente, impulsionou a industrialização e modernização do país e implantou medidas de cunho social. Suicidou-se em 1954, no Rio de Janeiro, pressionado por grave crise política articulada por forças de direita que exigiam sua renúncia.
- (11) Eurico Gaspar Dutra nasceu em Mato Grosso em 1885. Militar de carreira, ascendeu ao posto de general após comandar um destacamento na repressão à Revolução Constitucionalista, em São Paulo. Foi ministro da Guerra até a deposição de Vargas. Foi eleito presidente e governou com a colaboração de todos os partidos. Durante seu governo foi promulgada a Constituição que abriu caminho para a redemocratização do país. Morreu no Rio de Janeiro em 1974.
- (12) Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em Minas Gerais em

1902. Formou-se em Medicina mas não exerceu a profissão. Foi deputado federal em dois mandatos, prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais. Como presidente, abriu a economia brasileira ao capital estrangeiro e construiu a atual capital federal brasileira, Brasília. Morreu em 1976 num acidente automobilístico na via Dutra em circunstâncias ainda não devidamente esclarecidas.

- (13) O regime político instalado pelo golpe de 1964 assegurou, contra qualquer avanço social e popular, a preservação do caráter burguês da sociedade e aprofundou a pobreza da população e a dependência do país em relação aos interesses do capitalismo internacional. Mas a contrapartida do processo de achatamento saíra do seio da própria sociedade oprimida, com movimentos de rebeldia à ordem imposta, dirigidos pelos setores sociais mais organizados das classes trabalhadoras, acabando por envolver parte da classe média, que vivia também processo semelhante. Como consequência das lutas sociais desse período ocorre a derrocada do regime militar, com a passagem gradual do poder para os civis, sem ocorrer, no entanto, a ruptura plena.
- (14) Em final de mandato, Itamar ainda comandou a entrada em vigor do Mercado Comum do Sul (Mercosul), uma zona de livre comércio entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, onde a maioria dos produtos fabricados nesses países poderá circular sem barreiras e sem impostos.

7. BIBLIOGRAFIA

COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil*. Lisboa, Edições Cosmos, 1995.

DANTAS, José. *História do Brasil*. São Paulo, Editora Moderna, 1992.

ROCHA, Jan. *Brazil in focus: a guide to the people, politics and culture*. New York, Interlink Books, 1997.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1994.